



A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O CARÁTER EXPLOSIVO DO FENÔMENO DO DESEMPREGO NA ATUALIDADE

Angélica Luiza Silva Bezerra¹

RESUMO

Este artigo traz a discussão sobre o caráter explosivo do desemprego mediante a crise estrutural do capital, ao impulsionar uma série de contradições que interferem diretamente sobre o destino da humanidade. É nosso objetivo analisar os nexos causais que conduziram o desemprego como alavanca para a acumulação capitalista e como esta problemática controla a vida dos homens na atualidade.

Palavras-Chave: Trabalho. Crise estrutural do capital. Desemprego

ABSTRACT

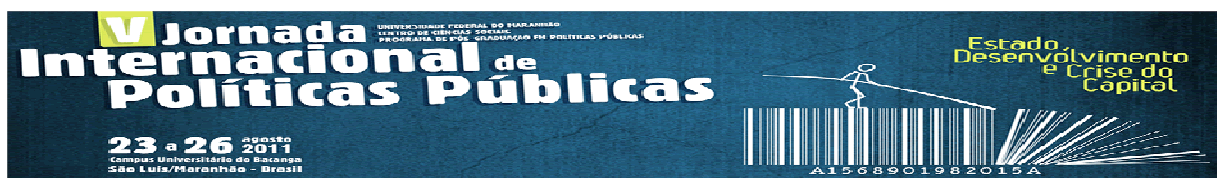
This paper gives a discussion on the explosive nature of unemployment through the structural crisis of capital, to promote a series of contradictions that interfere directly on the fate of mankind. It is our objective to analyze the causal links that lead to unemployment as a leverage for capital accumulation and how this issue controls the lives of men today.

Keywords: Labor. Structural crisis of capital. Unemployment

1. INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, o sistema do capital aumentou o seu domínio sobre o trabalho mediante a utilização da máquina. Esse antagonismo se intensifica, pois grandes massas humanas são substituídas pela maquinaria, para por em ação uma maior produtividade para o capital, aumentando as fileiras do exército industrial de reserva. Esta é uma das contradições que impulsionaram

¹ Mestre. FITs. angelicamcz@yahoo.com.br



a exploração e a intensificação do problema do desemprego desde a origem do capitalismo.

Deste modo, o fenômeno do desemprego ao incrementar a dinâmica de reprodução do capital de forma antagônica, consiste numa das formas de controle do sistema do capital sobre o trabalho. Isso porque, de um lado, o desemprego é a alavanca da acumulação capitalista, e de outro, tornou-se uma das mais explosivas contradições do sistema do capital, porquanto acarreta uma instabilidade em massa no emprego, revelando-se como uma “dinamite social” na estrutura do próprio sistema do capital, na atualidade.

Nesta nova conjuntura, todos esses agravantes e acirramentos das contradições impostas pela própria reprodução do sistema só são possíveis mediante a manutenção do controle do capital sobre o trabalho. Na forma do desemprego, o controle do capital sobre o trabalho adquire proporções ainda maiores. Verifica-se, de um lado, a instabilidade dos trabalhadores ao impulsionar a flexibilização do trabalho, o agravamento da exploração e a intensificação do trabalho, provocando o rebaixamento dos salários e a redução dos direitos trabalhistas e sociais para aqueles que ainda estão no processo reprodutivo; por outro lado, constata-se o agravamento da superpopulação relativa, ou seja, desemprego para uma grande massa de trabalhadores, com a contínua redução dos postos de trabalho em termos proporcionais ao aumento das forças produtivas.

2. A NOVA FASE DO DESEMPREGO EM FACE DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Tendo em vista as contradições do capital impulsionadas pela expansão e pela sede por lucros cada vez maiores, o capital na sua forma capitalista coloca para a humanidade a intensificação do desemprego em massa, provocando uma série de antagonismos até mesmo para o próprio sistema do capital, ao impulsionar uma instabilidade de sua reprodução enquanto tal. Neste contexto, o desemprego alcançou uma escala mundial nunca vista anteriormente, atingindo jovens, adultos e mulheres, sujeitos a qualquer momento a serem substituídos pela máquina ou simplesmente a serem expelidos com o enxugamento da empresa. Esta é a realidade na qual o sistema



do capital impulsiona o destino da classe trabalhadora de forma embrutecedora, ora absorvendo-a, ora expulsando-a do processo produtivo.

Deste modo, o agravamento do desemprego na atualidade torna-se um instrumento explosivo na relação entre capital e trabalho, partindo do pressuposto de que, sob regência do capital, os trabalhadores são ajustados e submetidos a trabalhar sob as condições por ele impostas. De acordo com Marx, o número de trabalhadores é ajustado à valorização do capital; nas palavras do autor: “A primeira palavra deste ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo” (1983, p. 209). Assim, o desemprego é produto necessário para a acumulação sempre crescente, ou seja, integra a lógica do sistema do capital. Este fenômeno passa a ser um mecanismo para a alavanca da autoexpansão da ordem sociometabólica do capital, a fim de assegurar seu maior objetivo, o lucro, e não para satisfazer as necessidades reais da humanidade.

Neste processo, para atingir seus objetivos de autoexpansão o capital procura sempre ampliar a produção, articulada à circulação, ao consumo, à concentração e à centralização de riquezas. No entanto, a harmonia entre produção e consumo nem sempre é objetivada em todos os momentos de realização da produção, pois a própria expansão do desenvolvimento capitalista põe limites para a produção do capital em proporções maiores. Quando ocorre qualquer entrave ao processo de produção, resultam as crises² do sistema do capital. Hoje, experimentamos uma crise estrutural no sistema do capital, que para Mészáros é uma contradição inédita na história da humanidade, ao ativar os limites absolutos do capital³.

De acordo com Mészáros, a novidade desta crise se manifesta em quatro aspectos principais: (1) sua expansão tem um “*caráter universal*, em lugar de restrito a

² É importante esclarecer a diferença entre uma crise cíclica e uma crise estrutural. Parte-se de Mészáros, ao expor que: “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (2002, p. 797).

³ De acordo com Mészáros, a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’. Esses limites são absolutos para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico (2002, p. 220).

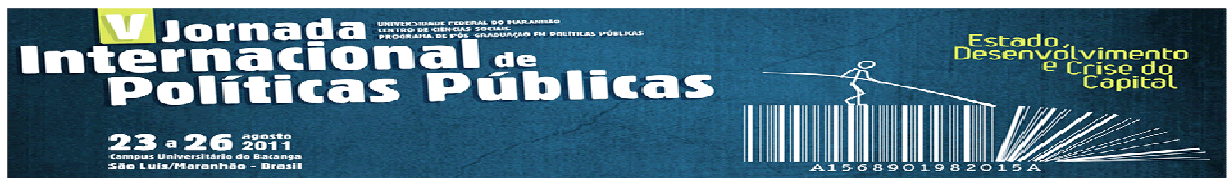


uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) tem um alcance “*global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) é “*permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital”; (4) “seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante” (2002, p. 796).

Portanto, a crise estrutural está baseada dentro de uma lógica que põe em contradição os aspectos principais da estrutura da acumulação capitalista. Pois esta crise não está mais restrita a uma esfera particular da produção, mas afeta a totalidade do sistema do capital em sua forma global – ela atinge tanto os países periféricos quanto os países de Primeiro Mundo. Desta forma, a crise estrutural atinge o conjunto da humanidade, nas relações sociais, humanas e cotidianas.

A partir da crise estrutural do capital, o desemprego adquire uma nova fase ao atingir grandes massas de trabalhadores em quase todos os setores produtivos. O desemprego em massa cresce em termos significativos a partir da estagnação e da depressão. O desemprego em face da crise estrutural acirra ainda mais os problemas sociais e econômicos, ampliando as contradições que a humanidade enfrenta hoje. Neste processo, as perturbações sociais são frequentes, tendo em vista a severidade da crise estrutural, pois as tentativas de responder às contradições do sistema do capital não estão superando os problemas ocasionados na forma do desemprego. É por isso que para Mézáros o desemprego na atualidade é um dos limites absolutos do capital. As respostas ao desemprego até o momento formam demandas que não contemplaram a totalidade da força de trabalho.

Com base nesses argumentos, as mudanças no mundo do trabalho fazem parte das consequências do processo histórico de reprodução do capitalismo. Na forma do desemprego estrutural, os problemas econômicos e sociais estão se aprofundando com implicações para a intensificação das expressões da questão social, como aumento da miséria, da fome, redução dos postos de trabalho cada vez mais frequente etc. É neste contexto que o sistema do capital busca nos ideais neoliberais uma forma de remediar a



crise estrutural do capital, com restrições da intervenção do Estado, estabelecendo novas relações de produção por meio de trabalhos precários, terceirizados ou flexíveis.

Com essas modificações no interior do processo produtivo, o mundo do trabalho é radicalmente alterado, gerando insegurança no trabalho, com a substituição, cada vez mais frequente, do homem pela máquina, intensificando a desigualdade social.

Assim, as contradições nas relações de emprego, acirrando a concorrência entre os trabalhadores na busca pela sobrevivência, pois como a redução dos postos de emprego, a ameaça do desemprego estrutural é uma constante para os trabalhadores, restando-lhes a culpa por não estarem empregados. Uma das consequências do ajuste neoliberal como resposta a crise é a denominada reestruturação produtiva. Como assevera lamamoto:

A reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização dos processos de trabalho: o consumo e gestão da força de trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Envolve a intensificação do trabalho e a ampliação da jornada, a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos do trabalho. Reduz-se a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital, ampliando o desemprego estrutural (2008, p.143-144).

Com a reestruturação produtiva em decorrência da crise estrutural do capital, as contradições estruturais do capitalismo parecem estar se agravando, pois na atual conjuntura recursos humanos e materiais são dissipados em prol da produtividade e da expansão do consumo das mercadorias, alterando ainda mais as relações de emprego e o acirramento da questão social. Como forma de solucionar os problemas sociais o capital ativa a intervenção do Estado, visando controlar e restringir, mesmo que por um curto período de tempo, os limites à produção. No entanto, as tentativas de resolução do desemprego apresentadas até o momento não têm passado de paliativos para minimizar os antagonismos incontornáveis do sistema do capital, já que estas respostas não arranham nem mesmo a superfície do problema. Pelo contrário, agravam o problema na medida em que se reduzem cada vez mais os direitos trabalhistas e sociais. Além da privatização cada vez mais frequente dos serviços sociais viabilizados através das políticas sociais. Neste contexto, ocorre um retrocesso dos direitos conquistados pelos trabalhadores.



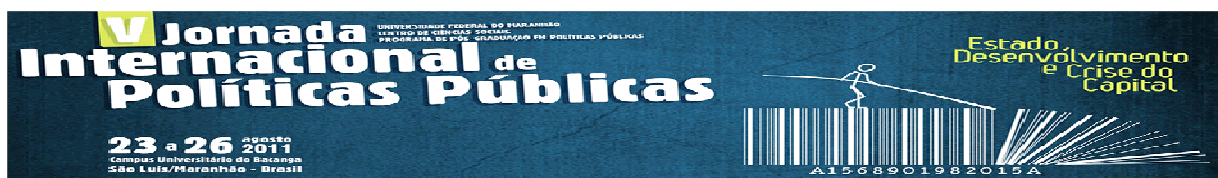
Estas mudanças dão-se em decorrência das transformações no novo padrão de acumulação capitalista que impulsionam a desigualdade social. A vida humana neste processo é banalizada sob a regência dos interesses do capital, aumentando a exploração de grandes contingentes da massa humana. Portanto, o desemprego crescente, a instabilidade no emprego e a redução cada vez maior das condições de subsistência dos trabalhadores estão arraigadas ao sistema do capital.

Assim, a acumulação sem limites do capital aumenta a população supérflua, tornando-a ociosa, enquanto os que ainda permanecem na produção sofrem com a maior exploração, devido à intensificação da jornada de trabalho, ampliando assim a concorrência entre os trabalhadores. Neste processo, o problema do desemprego tem em suas bases materiais o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho apropriadas pelo sistema do capital, e quanto mais ele se desenvolve e expande, deixa um lastro de contradições – uma delas é o desemprego em termos proporcionais à autoexpansão do capital.

Diante das mudanças ocorridas no setor da produtividade referente à empregabilidade, é comum ver no debate atual o argumento de que os trabalhadores hoje vivenciam uma crise no emprego. Sobre a realidade brasileira Márcio Pochmann afirma que:

O Brasil vive, atualmente, a mais grave crise do emprego de sua história. Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção da mão-de-obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias de hoje (2006, p. 60).

Tudo indica que a intensificação da tendência do aumento do desemprego é maior do que em épocas anteriores, tendo em vista o impulso incontrolável do capital por lucros, gerando instabilidade no emprego. Para Pochmann, é um “movimento de desestruturação do mercado de trabalho”. Este movimento de desestruturação é baseado em três componentes: “O primeiro está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais”. Para o autor, o fenômeno do desemprego no Brasil ocorre em massa, já que “o país registrou a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego. No total de desempregados, o país perdeu apenas para Índia, Indonésia e Rússia”. O segundo componente é “a regressão dos postos de trabalho formais, o que



contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações, também conhecido por desassalariamento”. A questão do desassalariamento, segundo Pochmann, é novidade no Brasil; ela está associada à diminuição de empregos assalariados com registro. A nosso ver, esta realidade é uma das estratégias atribuídas pelo capital para garantir uma maior produtividade com a empregabilidade dos trabalhadores sem garantias trabalhistas – é o caso da flexibilização do trabalho. O terceiro componente “refere-se ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados”. Esta problemática diz respeito à precarização das condições de trabalho (2006, p. 60).

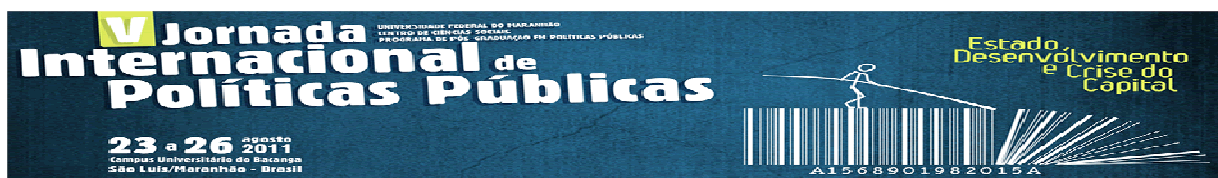
Na atualidade, a revista Carta Capital traz índices que demonstram a gravidade da crise no emprego, afirmando sua presença tanto nos países periféricos quanto nos países avançados. A seguir:

A próxima fase da recessão econômica mundial toma forma: uma crise do emprego. Seus contornos começam a se definir, mas a gravidade, a amplitude e a duração da recessão, juntamente com mudanças na estrutura dos mercados de trabalho, tanto nas economias ricas quanto nas emergentes, sugerem que o mundo está prestes a sofrer o maior aumento de desemprego em muitas décadas (2009, p. 34).

Desse modo, com a severidade do aumento do desemprego, a preocupação referente a esse fenômeno é evidente em muitas partes do mundo, ocasionando a preocupação até mesmo dos defensores da ordem estabelecida. Assim, no período de depressão econômica, a ameaça do desemprego é constante para os países atingidos e as contratações são ainda em menor número.

De acordo com Mézáros, o desemprego é crônico, pois sua abrangência tornou-se mundial, sendo tratado como a mais grave doença social imposta pelo capitalismo. Para o autor, o “aumento do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema”, atingindo a totalidade da força de trabalho de forma global (2002, p. 341). De acordo com Mézáros, neste processo o desemprego

tende a produzir *dinamite social* dentro da estrutura do sistema do capital, independentemente das formas de solução procuradas. Neste sentido considerando em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser “consequências indesejáveis”, depois de muitos anos de negar que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer que é o desemprego crônico. Elas vão desde uma taxa de criminalidade



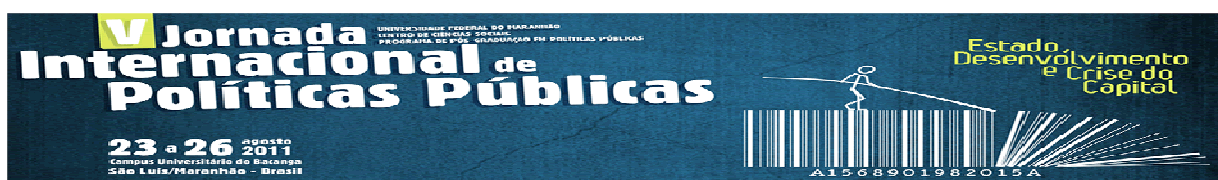
crescente (especialmente entre jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta (por exemplo, a revolta de massa contra um “imposto de pedágio” que foi a causa da queda da primeira-ministra Margaret Thatcher na Inglaterra), trazendo o perigo de graves agitações sociais. Por outro lado, o que deveria ser uma alternativa óbvia à deterioração do emprego – que às vezes é defendida por reformadores bem-intencionados – não tem a menor chance de aprovação (2002, p. 343).

Portanto, as consequências do desemprego crônico tornam-se cada vez mais graves. Este fenômeno é estruturado de forma contraditória, pois a sede sempre crescente do capital para aumentar uma população cada vez mais supérflua acaba por impor limites ao poder de compra dessa população. Neste processo, os indicadores do desemprego demonstram que em muitos casos este fenômeno pode estar associado com a criminalização e a violência, acarretando consequências indesejáveis para a dinâmica do capital, como as graves agitações sociais.

A nosso ver, a partir do caráter explosivo do desemprego pode ser possível gerar uma tendência de agitação das massas desempregadas. A revista Carta Capital esclarece que este fenômeno impulsiona conflitos na sociedade:

A história mostra que o alto desemprego não é apenas um problema econômico, mas também um barril de pólvora político. Os mercados de trabalho fracos correm o risco de instigar a xenofobia, especialmente na Europa, onde esta é a primeira crise desde que a imigração disparou. A liderança da China está aterrorizada com a perspectiva de revolta social em razão do crescente desemprego, especialmente entre a elite urbana (2009, p. 36).

A intensificação das consequências do desemprego em massa pode acirrar as expressões da questão social. Ao que tudo indica, o desemprego não está apenas restrito ao campo econômico, mas sua expansão atinge também o campo político, tendo em vista o agravamento deste fenômeno. A nosso ver, o desemprego como uma dinamite social pode expressar as reações dos trabalhadores em face dos problemas ocasionados pela dinâmica expansionista do sistema do capital, na forma de reivindicações. Mesmo de forma fragmentada e pontual, hoje, o protesto dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, ou até mesmo por trabalho, não deixa de ser um caminho para a mobilização dos trabalhadores em busca pelos seus direitos sociais.



Neste processo, a mobilização e organização⁴ das massas podem desencadear um dos mais explosivos conflitos do sistema do capital. Estes são indicativos do aumento incontrolável do desemprego acompanhado da desigualdade social.

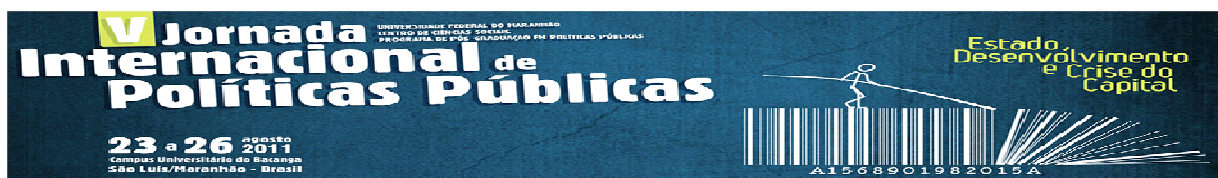
Esta é uma realidade que parece minar a instabilidade da reprodução do sistema do capital, pois a presença de reações coletivas ante os imperativos do sistema do capital implica de certo modo mobilizações, tendo em vista o retrocesso dos direitos conquistados num passado não tão distante.

3. CONCLUSÃO

Nesse contexto determinado pelo agravamento dos problemas econômicos e sociais mediados pela manutenção do controle do capital sobre o trabalho, o desemprego, na atualidade, adquire uma nova fase ativada pela crise estrutural do capital, vigente desde a década de 1970. Com o fim da ascendência histórica do capital, tendo início com a crise do petróleo, o desemprego aumentou em termos proporcionais como forma de responder à crise. No entanto, este procedimento acentua ainda mais os problemas do sistema do capital, ao passo que, a partir da superpopulação relativa, diminui a taxa de lucro em termos proporcionais.

Neste processo, o desemprego adquire proporções maiores, atingindo em nível global tanto os trabalhadores qualificados quanto os não qualificados, pois a partir da dinâmica expansiva do capital por lucros, os índices de desemprego não estão associados à não qualificação do trabalhador, mas estão presentes na totalidade da força de trabalho.

⁴ O caráter do desemprego como uma dinamite social é expresso nas reivindicações dos trabalhadores em diversos lugares na luta contra o desemprego e na defesa dos direitos sociais no contexto da crise. Na particularidade brasileira, houve em 2009 uma passeata contra demissões organizada pelas centrais sindicais: "Em São Paulo, o encontro começou por volta das 10h, em frente à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), na avenida Paulista, na pista sentido Consolação. Em seguida, a passeata seguirá até a Bolsa de Valores de São Paulo". [...] "O ato reivindica redução dos juros, defesa dos direitos trabalhistas, investimento em políticas sociais e redução da jornada de trabalho sem redução de salários". "Temos uma pauta imensa contra a crise, mas que se resume na palavra de ordem: defesa do emprego e redução dos juros", disse, em nota, Antonio Carlos Spis, membro da executiva nacional da CUT. Além das centrais sindicais (Força Sindical, CUT, CGTB, Nova Central, UGT e CTB), a manifestação terá a presença de movimentos sociais e estudantis. (www.folha.com.br Folha online. Acesso: 24/09/10)



A partir dessa perspectiva, observa-se que a questão do desemprego em nossos dias tornou-se um tema inadministrável para o sistema do capital, no sentido de não propor soluções concebíveis e viáveis em benefício do trabalho, pois o capital, ao responder às consequências negativas do desemprego na forma de ajustes no trabalho, flexibilização e outros indicadores que precarizam a força de trabalho, impulsiona o aumento da desigualdade social. Além disso, tem-se a intensificação do pauperismo, acirrando as sequelas da questão social e, em contrapartida, uma instabilidade na própria dinâmica da reprodução do capital mediante os conflitos econômicos e sociais provocados pelo aumento do desemprego.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO. Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2008.

Marx, K. **O capital**. Vol. I. Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS. *Para além do capital*. Trad. Paulo César e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NÓS E O MUNDO: O emprego em xeque. São Paulo. 25 de março de 2009. *Carta Capital*. p. 34-38. Texto original extraído do jornal *The Economist*.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. IN: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Site: www.folha.com.br folha online. Acesso em 24/9/10.